



O USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS PARA A DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

DODEBEI, Vera

Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio
dodebei@gmail.com

WERNECK, Marcela

Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio
marcelawerneck@yahoo.com

548

RESUMO

Esta comunicação tem por objetivo discutir, a partir do cenário atual das novas tecnologias digitais, de que forma determinadas ferramentas estão sendo utilizadas para a defesa do patrimônio cultural. Inicialmente realizaremos uma breve revisão histórica do desenvolvimento das políticas de proteção ao patrimônio cultural no Brasil desde a criação do Sphan até a aprovação da legislação sobre o registro do patrimônio imaterial, seguindo sua trajetória de abertura em relação à participação da sociedade civil no processo. Em seguida faremos uma análise do uso de três recursos midiáticos do ciberespaço: a criação de páginas e comunidades sobre o *Rio Antigo* no Facebook, a organização de petições online e o website representativo da Associação Civil Defender.org.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, preservação, internet.

ABSTRACT

This paper aims at discussing how certain new digital technology tools are being used to defend the preservation of cultural heritage. Firstly we will present a brief historic review of the development of cultural heritage protection policies in Brasil, from the creation of Sphan until the approval of the intangible cultural heritage law, following its path of democratic opening to the participation of the civil society. As a follow-up we will analyze the use of three tools found in cyberspace: the creation of pages and communities about the ancient part of Rio de Janeiro on Facebook, the organization of online petitions and the official website of the Defend.org Civil Association.

Key-words: Cultural heritage, preservation, internet.

As primeiras políticas oficiais de proteção e preservação do patrimônio material surgiram após a Revolução Francesa, quando foi preciso dar destino aos bens confiscados da monarquia e disponibilizá-los para o usufruto cultural da sociedade (CHOAY, 2006). Ameaçados pela necessidade de capital financeiro do novo governo ou pela destruição ideológica, muitos bens anteriormente pertencentes ao clero, à coroa e aos emigrados foram poupados graças à intervenção de alguns antiquários-naturalistas, como Aubin-Louis Millin, aparentemente o primeiro a cunhar o termo *monumento histórico*. Neste período destaca-se o



ato da Constituinte de 2 de outubro de 1789, que coloca os bens do clero à disposição da nação, indicando o início de um processo de construção da identidade nacional francesa através de seu patrimônio cultural. É criada uma comissão dos “Monumentos”, que deveriam ser tombados, inventariados e postos fora de circulação, de modo a serem protegidos. Estas escolhas baseavam-se em quatro categorias: o valor nacional (formação da identidade francesa), o valor cognitivo e educativo (histórico, cívico, memorialista), o valor econômico (oferecendo modelos às manufaturas) e em último lugar o valor artístico. Maria Cecília Londres Fonseca assim resume este período:

A ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos. A construção do que chamamos patrimônio histórico e artístico nacional partiu, portanto, de uma motivação prática – o novo estatuto de propriedade dos bens confiscados – e de uma motivação ideológica – a necessidade de ressemantizar esses bens. A ideia de um patrimônio da nação, ou “de todos”, conforme o texto legal, homogeneiza simbolicamente esses bens heterogêneos e de diferentes procedências, que passam a ser objeto de medidas administrativas e jurídicas: formulação de leis, decretos e prescrições, criação de comissões específicas, instituição de práticas de conservação (inventário, classificação, proteção) e, principalmente, definição de um campo de atuação política. (FONSECA, 2009, p. 58,59)

A autora reitera, portanto, a importância pedagógica da criação de uma coleção patrimonial para firmar os contornos das identidades nacionais. Estes bens reforçam a noção de cidadania, já que são uma propriedade comum. Também contribuem para tornar visível uma entidade abstrata e ratificam as narrativas da história oficial.

O conceito de patrimônio urbano surge no contexto das grandes reformas *haussemanianas* (BENCHIMOL, 1992), que evidenciam o conflito entre a preservação da cidade antiga – pré-industrial, guardiã dos princípios da arte e da estética – e o movimento progressista, que defende a reorganização do espaço sob a batuta da engenharia e do sanitarismo. Para os preservacionistas, a cidade histórica possui um papel museal, tal qual um objeto raro e frágil a ser conservado, aspecto esse também estimulado pelo desenvolvimento dos estudos arqueológicos. (CHOAY, 2006)

O Brasil passa a desenvolver políticas estatais de preservação do patrimônio a partir da era nacionalista do governo de Getúlio Vargas. A tarefa de construir a verdadeira identidade brasileira estava a cargo dos intelectuais modernistas, que tinham grande influência no cenário político-cultural (OLIVEIRA, 2008). Para Renato Ortiz, “O objetivo desses intelectuais é claro,



eles se propõem a compreender as crises e os problemas sociais e elaborar uma identidade que se adeque ao novo Estado nacional” (1994, p.130).

Podemos destacar duas fases principais deste percurso: na primeira considerava-se que a verdadeira brasilidade se traduziria no patrimônio cultural, composto por elementos harmoniosos, que se perpetuaria no espaço e no tempo e seria compartilhado pela maioria da população. Entretanto, segundo pensadores como Raymundo Nina Rodrigues, Sylvio Romero e Euclides da Cunha, a diversidade étnica brasileira dificultava a homogeneidade desta composição e formava uma barreira rumo ao patamar de civilização alcançado pelos países europeus e ao desenvolvimento econômico. (QUEIROZ, 1989).

Em contraponto a este primeiro momento, a segunda fase do movimento modernista acreditava que a identidade nacional poderia englobar toda essa diversidade. Este pensamento é bem representado por Mário de Andrade e seu *Macunaíma*, herói que apresentava características africanas, aborígenes e europeias de igual valor. Para Mario, a diversidade cultural era um elemento de riqueza e não de enfraquecimento. Também Oswald de Andrade, com sua teoria da antropofagia, via na aglutinação de diferentes elementos culturais a fórmula da originalidade e do valor da cultura brasileira (idem).

Mario de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, redigiu um anteprojeto para a criação do Sphan. Fonseca (2009) considera que a sua concepção de patrimônio, norteadada por uma noção antropológica de arte que unia a cultura erudita e a popular, era muito avançada e antecipou, em alguns aspectos, as diretrizes da Carta de Veneza de 1964. A preocupação com a valorização do fazer popular é facilmente identificável em seu pensamento, assim como um cuidado em estabelecer um diálogo com os interesses da população através dos museus municipais e propiciar ao público em geral a apreciação de estéticas que normalmente eram reservadas às camadas mais elitizadas da sociedade. Este projeto, entretanto, foi preterido pelo decreto-lei nº 25, de 30.11.37, elaborado por Rodrigo de Mello Franco de Andrade, que veio a ser o primeiro diretor do Sphan.

Rodrigo possuía grande experiência no campo do direito e concentrou seus esforços na redação de uma lei que pudesse resolver o conflito entre a preservação e o direito de propriedade. Assim, além do conceito de cultura e de patrimônio, ele se preocupou com o aspecto operacional das políticas de proteção, viabilizando o tombamento sem a necessidade de desapropriações. Este aspecto pragmático deixou de lado, entretanto, a produção cultural popular que Mario de Andrade defendia. A política inaugural do Sphan preconizava a proteção aos exemplares de *pedra e cal* e a elaboração de critérios técnicos e objetivos para a escolha dos



mesmos. A ênfase recaiu sobre os exemplares da arquitetura colonial mineira e das expressões da arquitetura barroca, valorizando o passado e a tradição e buscando definir critérios técnicos e objetivos para autorizar os tombamentos. (OLIVEIRA, 2008).

De acordo com José Reginaldo dos Santos Gonçalves (2002), Rodrigo de Mello Franco de Andrade encarava sua vida como uma missão de proteção ao patrimônio, tendo inclusive abdicado de outras carreiras mais rentáveis para se dedicar a esta tarefa. Acreditava firmemente que era através da preservação deste conjunto identitário que o Brasil caminharia verso a um status de país civilizado, sob moldes europeus. Rodrigo tentava persuadir a sociedade da importância do patrimônio e expressava grande frustração frente ao descaso das pessoas com a causa.

Nos anos setenta, sob a direção de Aloísio Magalhães, o Iphan sofreu significativas mudanças em suas diretrizes. Alinhando-se à antiga proposta das tradições móveis de Mario de Andrade, abriu espaço para o reconhecimento de expressões populares e dos bens culturais vivos, repudiando a visão eurocêntrica de cultura preconizada por Rodrigo. Em vez de “patrimônio histórico e artístico”, Magalhães referia-se a “bens culturais”, produções oriundas da vida cotidiana do povo. A noção anterior de “civilização” foi substituída pela de “desenvolvimento”:

Diferentemente de Rodrigo, seu propósito não é "civilizar" o Brasil preservando uma "tradição", mas revelar a diversidade da cultura brasileira e assegurar que ela seja levada em conta no processo de desenvolvimento. Segundo ele, "nossas políticas econômicas e tecnológicas devem levar em consideração os bens culturais da nação, de modo que possamos realizar um desenvolvimento autônomo" (ibid.). Seu propósito é identificar e preservar o caráter nacional brasileiro de forma que o processo de desenvolvimento econômico e tecnológico possa prosseguir sem que isto represente uma perda de autonomia cultural frente aos países do Primeiro Mundo (GONÇALVES, 2002, p.51).

Um exemplo significativo desta mudança de paradigma foi o processo de tombamento do terreiro da Casa Branca em Salvador: uma casa de candomblé, que nada tinha de valor arquitetônico ou artístico, mas que foi protegida da especulação imobiliária quando o conselho do Iphan reconheceu sua importância no contexto cultural-religioso da cidade. (VELHO, 2006)

A abertura proposta por Aloísio Magalhães acompanhou o movimento das recomendações da UNESCO, que oferecia cada vez mais espaço para o reconhecimento de culturas não-europeias com a aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 e a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 1989. A Constituinte Brasileira de 1988 também abordou o tema da proteção à cultura popular,



considerando-a uma responsabilidade do Estado, mas recomendando a participação da sociedade no processo. Esta perspectiva acabou se concretizando definitivamente na aprovação do Decreto Federal 3.551, que instituiu o registro do patrimônio imaterial ou intangível (CHUVA, 2012). Marcia Sant'anna (2001) explica que o registro memorial do patrimônio imaterial apreende seu processo de produção e não apenas seus suportes materiais, a exemplo do Japão, onde templos são repetidamente destruídos e reconstruídos, pois sob a ótica daquele povo o importante é a preservação do *saber fazer*, e não da coisa em si.

Notamos, portanto, que as políticas de preservação do patrimônio no Brasil inicialmente obedeciam a critérios muito específicos de seleção, restringindo-se à conservação de bens materiais de determinadas características estéticas e arquitetônicas, e progressivamente foram ampliadas para incluir variadas formas de expressão, de caráter menos eurocêntrico e mais popular, com grupos minoritários podendo reivindicar espaços de reconhecimento. Esta abertura fez com que o poder de decisão não esteja mais somente não dos técnicos do Iphan, mas insere a questão na esfera da política:

Na atualidade, a temática do patrimônio cultural continua relacionada à questão das identidades, mas com novos recortes, sem perder completamente a referência ao pertencimento nacional. A predominância das ideias fundadoras acerca da unidade nacional deu lugar à diversidade cultural como a fala legítima na atualidade, fruto de longos processos de construção democrática, por meio de novas redes, dos movimentos sociais e de redirecionamento das tensões globais. (CHUVA, 2012, p.73)

Compreendemos assim que a preservação do patrimônio encobre um embate, um jogo de forças e de narrativas que procuram dar suporte às suas posições. O discurso protecionista é normalmente sustentado por uma retórica da perda, nos termos de José Reginaldo dos Santos Gonçalves (2002). Essa perda da transmissão memorial de geração para geração também é sublinhada por Pierre Nora (1993), o que explicaria a necessidade da criação e da proteção dos lugares de memórias.

Dada a importância da esfera discursiva para as políticas do patrimônio cultural, considera-se que a internet oferece várias ferramentas para que os grupos envolvidos nesta causa façam denúncias, divulguem informações e articulem ações de pressão popular para atingir determinados objetivos. Este quadro possibilitaria um aumento da esfera de influência da sociedade civil (FONSECA, 2009) no processo decisório sobre tombamentos e registros. A seguir examinaremos alguns exemplos destas ferramentas: páginas do Facebook que



colecionam imagens do Rio Antigo, o website oficial da Associação.Civil DEFENDER – Defesa do Patrimônio Histórico e ferramentas para a criação de abaixo-assinados online.

O RIO ANTIGO NO FACEBOOK

Os processos memoriais sempre foram seletivos, por conta das limitações tanto do cérebro humano quanto da escrita. Com a revolução da informática, entretanto, parecemos ter inaugurado uma possibilidade de conservação quase infinita da memória: o meio digital. A ampliação da capacidade de acesso, do armazenamento e do compartilhamento de dados impulsionou a criação de vários sítios virtuais dedicados à memória individual, coletiva e histórica, na forma de coleções informais e sem grande organização (blogs, páginas do Facebook) assim como institucionalizadas (Memória do Mundo, da Unesco).

É neste sentido de produção de significados que podemos encontrar inúmeras páginas sobre a história e o patrimônio histórico do Brasil. Seus autores vão desde estudiosos das áreas relacionadas ao tema até pesquisadores informais. No Facebook são inúmeras as páginas dedicadas à memória do Rio antigo, como por exemplo O Rio de Janeiro Que Não Vivi (com mais de cinquenta mil seguidores), Fotos Antigas do Rio de Janeiro (com mais de vinte mil curtidas) e Fotos do Rio de Janeiro Antigo (com dez mil likes). Estas páginas se assemelham bastante no conteúdo: as postagens geralmente são compostas por fotografias em preto e branco das primeiras décadas do século XX. Nas duas primeiras, às vezes as imagens são acompanhadas das referências como tema, autor e data, mas nem sempre, o que leva os internautas a tentarem adivinhar o que está sendo retratado e a época. A terceira parece ser mais cuidadosa com a questão da autoria. Por vezes encontramos fotos mais recentes, como dos anos setenta e oitenta, embora não coloridas, o que reforça a ideia de antiguidade. Também são compartilhados filmes antigos, em geral de curta duração e hospedados no Youtube.

A popularidade deste tema nas redes sociais reforçaria a afirmação de Andreas Huyssen (2000) que há atualmente uma obsessão pela memória? Seus exemplos são bastante conhecidos: a proliferação de museus, filmes e livros sobre a memória do Holocausto, o History Channel, a moda retrô, as comissões da verdade pós-períodos ditatoriais, a profusão de biografias e até o filme Titanic, como metáfora do fim de uma era dourada, a falência do projeto iluminista. A mídia, para o autor, tem um forte papel constitutivo neste quadro de produção de memórias. Entretanto, em vez de tranquilizar, gera mais preocupação em relação ao esquecimento, talvez como resultado de uma sobrecarga gerada por ela própria.



Huyssen destaca ainda uma “lenta, mas palpável transformação da temporalidade nas nossas vidas, provocada pela complexa interseção de mudança tecnológica, mídia de massa e novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade global” (2000, p. 25). A aceleração da vida comercial, a compressão do tempo, a rapidez com que a tecnologia se torna obsoleta poderiam estar causando uma sensação de angústia e perda de referências seguras no homem moderno, e como em busca de um refúgio ele se voltaria para a estabilidade e previsibilidade das relações permanentes do passado. Neste sentido, estas páginas do Facebook reforçariam um sentimento de valorização do antigo como um viver mais desejável que o atual e também colocariam em primeiro plano a importância da preservação do patrimônio histórico e arquitetônico.

DEFENDER.ORG – DEFESA DO PATRIMÔNIO NA WEB

A Defender – Defesa Civil do Patrimônio Histórico – é uma associação civil de direito privado, pessoa jurídica, sem fins lucrativos, que desde 2002 atua nas áreas de cultura e patrimônio, turismo, meio ambiente e cidadania, com sede e foro no Rio Grande do Sul. Qualifica-se como OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, elaborando ou executando projetos, administrando recursos físicos, humanos e financeiros ou prestando apoio a outras organizações sem fins lucrativos que atuem na mesma área. Possui uma estrutura composta por diretores, um conselho fiscal e delegados regionais. Sua principal atividade é a promoção da defesa e da conservação do patrimônio cultural, histórico e artístico, com quatro eixos de ações: preventiva/educacional, emergencial, consultiva e recuperativa.

Na página da entidade podemos encontrar, além das informações sobre sua constituição jurídica, resumos e registros fotográficos das ações desenvolvidas por seus delegados. Entre as mesmas destacam-se a oferta de cursos e oficinas, promoção de encontros e palestras, instalação de pontos de cultura, acompanhamento de inventários, processos de tombamentos e de recuperação, além da participação em atos públicos contra o abandono de bens patrimoniais. A Defender também ocupou o corpo de jurados da Comissão Nacional de avaliação das ações inscritas na 27ª edição do Prêmio Rodrigo de Mello Franco de Andrade, realizado pelo IPHAN.

O mecanismo de buscas do site é bastante eficiente e rapidamente fornece links para seu extenso arquivo de informações e notícias. Além da página na internet, a Defender possui perfis no Twitter e no Facebook, atualizados diariamente. Sua página no Facebook conta com mais de cinco mil seguidores, mesmo número do Twitter.



O objetivo de estimular a participação da sociedade civil no processo de proteção ao patrimônio fica bem explícito através da linguagem acessível e das figuras jovens de seus delegados, que transmitem uma ideia de dinamismo e mobilização. A comunicação é bastante proativa: mesmo em artigos sobre imóveis em estado crítico de abandono, o relato sempre busca levantar dados sobre as medidas que estão sendo tomadas para que o caso seja solucionado.

PETIÇÕES PÚBLICAS

A Defender frequentemente encoraja os internautas a assinarem petições públicas online que exigem tombamentos ou a recuperação de prédios mal conservados. Entre os sites mais conhecidos que oferecem esta ferramenta estão o Avaaz e o Petição Pública. Qualquer pessoa pode abrir um abaixo-assinado, e no encerramento do processo o site informa qual destino foi dado às assinaturas e se a iniciativa alcançou seu objetivo. A comunidade Avaaz, que significa “voz”, se define como uma comunidade transnacional atuante em quatro continentes que conta com uma equipe profissional e voluntários de vários países. Além de coordenar os abaixo-assinados virtuais, financiam campanhas de anúncios, contactam governos por telefone e e-mail e organizam protestos. Um dos destaques de sua atuação foi a mobilização a favor da aprovação da Lei da Ficha Limpa, que alcançou 1.6 milhões de assinaturas.

O Petição Pública se apresenta como o primeiro site brasileiro desta modalidade, facilitando o acesso ao leitor que não fala outro idioma. Em sua página inicial, destaca o direito constitucional de petição aos Poderes Públicos, para defender direitos ou contestar ilegalidade e abuso de poder. Já o site Panela de Pressão, também bastante conhecido, diferencia-se dos demais por oferecer uma ferramenta de “pressão direta” aos governantes, prometendo acesso livre aos tomadores de decisão: através de um formulário, o internauta envia emails para os gabinetes dos envolvidos na questão. Também é possível “pressionar” através do Facebook, Twitter e por telefone. Quem cria uma mobilização é chamado de “cozinheiro” e ele se torna responsável por manter o fogo alto, através da divulgação nas redes sociais. O site procura assim incentivar a participação democrática, o desenvolvimento da cultura política e o uso do espaço público.

Em todas estas plataformas encontramos ações em prol do patrimônio de diversas categorias: no Avaaz, o pedido de que as sementes tradicionais brasileiras sejam consideradas patrimônio da humanidade, o tombamento do Cine Rio Grande em Manaus e o cancelamento



de um obra que vai reduzir a área de Mata Atlântica do Parque da Dunas, em Natal. Ou seja, exemplos de patrimônio genético, material e ambiental. No Petição Pública, constam reclames pela preservação da paisagem urbana de Bagé, Rio Grande do Sul, pelo registro das matrizes do forró como patrimônio cultural e da iguaria *ginga com tapioca* como patrimônio imaterial do Rio Grande do Norte. No Painel de Pressão, procura-se proteger teatros antigos de São Paulo da especulação imobiliária, que está forçando seu fechamento, pedindo que sejam tombados. Fica evidente, portanto, que a força da expressão da sociedade sobre estes assuntos é considerada muito importante pelos ativistas que lideram as iniciativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos descrever algumas modalidades de mobilização online pela preservação do patrimônio. A primeira diz respeito à guarda da memória: as páginas sobre o Rio antigo no Facebook se constituem como museus, como guardiões de peças fotográficas consideradas de extremo valor pelos internautas, que imprimem a elas um status de raridade, de documento histórico e memorial. Elas são reunidas em um formato de coleção que pode ser acessada de modo mais ou menos catalogado, através da visualização dos álbuns, ou aleatoriamente, seguindo o fluxo da timeline. Esta desorganização, característica hipertextual das novas tecnologias digitais poderiam estar nos remetendo à dinâmica da transmissão oral da memória, tomando como base os três pólos de transmissão do saber enunciados por Pierre Levy (2004), a oralidade, a escrita e a digital? O pólo da oralidade diz respeito à narrativa mítica, circular, transmitida através da memória coletiva e das tradições da comunidade, sem compromisso com a veracidade ou cronologia dos fatos e sim com as representações ali contidas, com as mensagens e símbolos a serem transmitidos para as próximas gerações. A escrita, em contrapartida, se baseia numa linearidade, num estatuto de verdade, abrindo espaço para o exercício da interpretação e da crítica; o saber científico, a prova, o documento, a historicidade. Na era digital temos o predomínio da imagética e da infografia, que estariam nos levando de volta ao pólo da oralidade:

Hoje, os atributos de reprodutibilidade e prova devidos ao relato escrito não convém às novas linguagens. A primeira grande ruptura na estabilidade da escrita é, como no relato mítico, a possibilidade de autoria múltipla. Recortes e recomposição da informação são processos incentivados pelo livre acesso aos estoques de conhecimento do espaço virtual, a despeito das inúmeras tentativas de preservar direitos autorais. (DODEBEI, 2008, p.18)



Considera-se que o sentido de patrimônio está acompanhando a evolução dos três pólos de transmissão de saber: na oralidade, o patrimônio como herança; na escrita, o desejo arquivístico no documento, no registro físico, nos museus, bibliotecas, monumentos, pedra e cal; e na era digital o patrimônio imaterial como informação hipertextual (DODEBEI, 2008). A dinâmica das páginas sobre o Rio Antigo no Facebook oscila entre as esferas do oral como deliberação e livre transmissão, e da imagética e da escrita como registro documental que dá suporte a um discurso protecionista, temeroso do apagamento e do esquecimento. Os criadores destas páginas fazem do suporte digital do Facebook um lugar de memórias, no sentido clássico de Pierre Nora - a possibilidade de preservação frente à perda da transmissão memorial espontânea de geração para geração - apesar das evidentes limitações técnicas desta ferramenta no que diz respeito a uma conservação a longo prazo, haja visto que redes sociais tendem a “morrer” e serem substituídas por outras à medida que novas tecnologias vão sendo implementadas, como aconteceu com o Orkut. Vale lembrar que muitas instituições brasileiras, como o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional já possuem projetos de digitalização de seus acervos imagéticos e os disponibilizam ao público, embora sem este caráter sócio-interativo. Curioso também é o fato do Facebook produzir ele mesmo a sensação de compressão do tempo identificada por Huyssen, por estar estruturado sob o formato de linha do tempo que avança impiedosamente. Por isso o cuidado dos administradores das páginas em postar as fotos nos álbuns e não como atualização de status, pois é muito trabalhoso recuperar um post de meses anteriores.

O outro aspecto que pretendemos abordar neste artigo diz respeito à dimensão democrática das ferramentas da internet que estão sendo usadas nos debates acerca do patrimônio. Maria Cecilia Londres Fonseca, após examinar as solicitações de tombamentos entre 1970 e 1990, ressalta que os mecanismos de pedido se tornaram mais acessíveis à população, mas a decisão continuou centralizada nos órgãos técnicos e reconhece a complexidade de uma mudança: “criar mecanismos institucionais em que a sociedade esteja representada poderia converter a seleção de bens para integrarem o patrimônio numa decisão mais política que técnica” (FONSECA, 2009, p.185), considerando que a apropriação política das discussões sobre patrimônio é distinta de uma ideologização da mesma: “politizar no sentido de que esses bens sejam apropriados simbolicamente pelos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira” (p.220).

O site da Defender.org é um bom exemplo de espaço virtual que aproxima a face institucional da proteção ao patrimônio aos anseios da comunidade. Procura traduzir os



meandros jurídicos que muitas vezes afastam a população da participação democrática e fornece canais para a mesma, como as petições públicas online que aqui destacamos. Manuel Castells lembra, entretanto, que as tecnologias de comunicação não são a “fonte de causação social” (CASTELLS, 2012, p.166), mas têm um incontestável papel determinante em processos de abertura democrática porque estimulam o desenvolvimento de uma cultura da autonomia, na qual o sujeito orienta suas ações de modo independente das instituições da sociedade, a partir de seus próprios códigos de valor e ligando-se em rede com outros sujeitos que compartilhem de suas visões de mundo. Essa autonomia representa, para o autor, “a matriz cultural básica das sociedades contemporâneas” (p.167), uma cultura da liberdade própria da internet, que se constituiu a partir da cultura hacker de descentralização das tecnologias da informação. Os processos decisórios sobre a patrimonialização cultural, embora ainda firmemente institucionalizados, estão sem dúvida inseridos em novas dinâmicas por conta da revolução da informática.

REFERÊNCIAS:

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Turismo e Esportes / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. SP: Estação Liberdade: Unesp, 2006.

CHUVA, Marcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (orgs). *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

DODEBEI, Vera. Digital virtual: o patrimônio no século XXI. In: ABREU, Regina; DODEBEI, Vera (orgs). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.



GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2002.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 2004.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. In: *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*. V.1, n.1. São Paulo: 1989. Disponível em <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v011/v1n1a02.pdf>> Acesso em out 2014.

SANT'ANNA, Marcia. Patrimônio imaterial: do conceito ao problema da proteção. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: *Mana – Estudos de Antropologia Social*. V. 12, n. 1. Rio de Janeiro: 2006.

RECURSOS DA INTERNET

Abaixo-assinado pelo registro das Matrizes Tradicionais do Forró como Patrimônio Cultural do Brasil. Petição Pública. Disponível em:

<<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=P2011N7394>>. Acesso em: nov 2014.

Cine Rio Grande – tomar como patrimônio histórico e reavivar. Petição Pública. Avaaz.

Disponível em:

<[autoridades_publicas_municipal_Natal_do_RN_e_da_Uniao_tombar_como_patrimonio_historico_e_reavivar_o_Cine_Rio_Grande](#)>. Acesso em: nov 2014.



Defender – Defesa Civil do Patrimônio Histórico. Disponível em:

< <http://defender.org.br/>> Acesso em: nov 2014.

Declarar as sementes tradicionais patrimônio da humanidade. Petição Pública. Avaaz.

Disponível em:

<https://secure.avaaz.org/po/petition/DECLARAR_AS_SEMENTES_TRADICIONAIS_PATRIMONIO_DA_HUMANIDADE/?pv=36>. Acesso em: nov 2014.

Fotos antigas do Rio de Janeiro. Página do Facebook. Disponível em:

< <https://www.facebook.com/fotosantigasdoriodejaneiro>>. Acesso em: nov 2014.

Fotos do Rio de Janeiro Antigo. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/pages/Fotos-do-Rio-de-Janeiro-Antigo/420285374730071>>.
Acesso em: nov 2014.

Ginga com Tapioca - Patrimônio Imaterial do RN. Petição Pública. Disponível em:

< <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR70094>>. Acesso em: nov 2014.

Movimento pela preservação do patrimônio histórico de Bagé. Petição Pública. Disponível em:

< <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=PHBAGE11>>. Acesso em: nov 2014.

O Rio de Janeiro que Não Vivi. Página do Facebook. Disponível em:

< <https://www.facebook.com/ORioDeJaneiroQueNaoVivi>>. Acesso em: nov 2014.

Salve os Teatros ameaçados – patrimônio cultural de São Paulo. Mobilização online. Painel de Pressão. Disponível em < <http://paneladepressao.nossascidades.org/campaigns/498>>. Acesso em nov 2014.

Salve Parque das Dunas. Petição Pública. Avaaz. Disponível em:

<https://secure.avaaz.org/po/petition/Gilberto_Occhi_Ministro_das_Cidades_e_Rosalba_Ciarlina_Governadora_do_RN_Salve_o_Parque_das_Dunas_do_projeto_de_reestrut/?pv=7>.
Acesso em nov 2014.